

**ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE AGRICULTORES E OS SISTEMAS
AGROFLORESTAIS, NA COMUNIDADE DE SANTA LUZIA, TOMÉ-AÇU/PA****SOCIAL ORGANIZATION OF AGRICULTURISTS AND AGROFORESTRY
SYSTEMS, IN THE COMMUNITY OF SANTA LUZIA, TOMÉ-AÇU/PA****ORGANIZACIÓN SOCIAL DE LOS AGRICULTORES Y SISTEMAS
AGROFORESTALES EN LA COMUNIDAD DE SANTA LUZIA, TOMÉ-
AÇU/PA**

Ludmila da Rocha Nogueira¹ <https://orcid.org/0009-0008-3483-3648>

Osvaldo Ryohei Kato² <https://orcid.org/0000-0002-2422-9227>

Débora Veiga Aragão³ <https://orcid.org/0009-0002-7014-5320>

Luis Mauro Santos Silva⁴ <https://orcid.org/0000-0003-1311-1271>

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a organização social entre agricultores familiares pertencentes a Associação de Produtores Familiares de Tomé-Açu – APRAFAMTA. Para a coleta de dados foram aplicados questionários semiestruturados com diretores e associados da APRAFAMTA. Dentre as principais atividades desenvolvidas na associação, destacou-se o uso de sistemas agroflorestais, que desempenhou papel importante no desenvolvimento dos agricultores familiares da comunidade de Santa Luzia a partir do fortalecimento de experiências compartilhadas e de parcerias com instituições, que resultou na produção diversificada e sustentável, além da criação da fábrica de beneficiamento de polpas de frutas que são produzidas dentro desses sistemas. Porém, mesmo com os avanços, persistem entraves acerca dos canais de comercialização que evidenciam os desafios das políticas públicas para apoiar a agricultura familiar, situação que destaca a importância da organização social para superar os desafios e implementar práticas agrícolas sustentáveis para o fortalecimento de agricultores familiares da Amazônia.

Palavras-chave: Associativismo. Agricultura Familiar. Sistemas Agroflorestais.

¹ Mestranda em Agriculturas Amazônicas no Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Formada em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). E-mail: luddmilarn@gmail.com

² Doutor em Agricultura Tropical pela Universidade de Goettingen. Pesquisador Embrapa Amazônia Oriental e Docente da Universidade Federal do Pará (UFPA), do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF). E-mail: osvaldo.kato@embrapa.br

³ Doutora em Ciências Agrárias pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental. E-mail: debora.aragao@embrapa.br

⁴ Doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará (PPGAA/INEAF). Agrônomo formado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Docente-pesquisador da Universidade Federal do Pará, do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares. E-mail: lmsilva@ufpa.br

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze the social organization of family farmers belonging to the Tomé-Açu Family Producers Association - APRAFAMTA. Semi-structured questionnaires were used to collect data from APRAFAMTA's directors and members. Among the main activities developed by the association was the use of agroforestry systems, which played an important role in the development of family farmers in the community of Santa Luzia through the strengthening of shared experiences and partnerships with institutions, which resulted in diversified and sustainable production, as well as the creation of a factory to process fruit pulp produced within these systems. However, even with the progress made, there are still obstacles regarding marketing channels which highlight the challenges of public policies to support family agriculture, a situation which highlights the importance of social organization to overcome the challenges and implement sustainable agricultural practices to strengthen family farmers in the Amazon.

Keywords: Associativism. Family Agriculture. Agroforestry Systems.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar la organización social de los agricultores familiares pertenecientes a la Asociación de Productores Familiares de Tomé-Açu - APRAFAMTA. Se utilizaron cuestionarios semiestructurados para recoger datos de los dirigentes y miembros de APRAFAMTA. Entre las principales actividades desarrolladas por la asociación, se destacó la utilización de sistemas agroforestales, que ha desempeñado un papel importante en el desarrollo de los agricultores familiares de la comunidad de Santa Luzia a través del fortalecimiento de experiencias compartidas y asociaciones con instituciones, lo que ha resultado en una producción diversificada y sostenible, así como en la creación de una fábrica para procesar la pulpa de fruta producida dentro de estos sistemas. Sin embargo, a pesar de los avances, aún existen obstáculos en los canales de comercialización que ponen de manifiesto los desafíos de las políticas públicas de apoyo a la agricultura familiar, situación que resalta la importancia de la organización social para superar los desafíos e implementar prácticas agrícolas sostenibles que fortalezcan a los agricultores familiares de la Amazonía.

Palabras clave: Asociaciones. Agricultura familiar. Sistemas Agroforestales.

INTRODUÇÃO

A expansão da lógica agroindustrial na Amazônia tem imposto um modelo produtivo de ocupação e uso do solo baseado no monocultivo em larga escala, resultando em impactos socioeconômicos e climáticos significativos (NOVAES, 2017). Esse processo tem afetado negativamente as comunidades, incluindo agricultores familiares, indígenas e quilombolas, que historicamente manejam a terra por meio de práticas sustentáveis, como o pousio e os Sistemas Agroflorestais (SAFs). Entretanto, esses grupos enfrentam desafios crescentes, como a falta de políticas públicas adequadas,

dificuldades na comercialização e deus produtos e a limitação de acesso ao crédito e à assistência técnica (CORDEIRO; ARBAGE; SCHWARTZ, 2017).

O município de Tomé-Açu, no estado do Pará, durante anos foi destaque na produção de pimenta-do-reino (*Piper nigrum L.*) em monocultivo, uma prática iniciada pelos imigrantes japoneses, e cultivado através da prática de corte e queima. Essa atividade teve impacto significativo na economia local, tornando-se uma fonte lucrativa para diversos produtores que adotaram o monocultivo em larga escala (TAFNER; SILVA, 2011). O crescimento econômico e a expansão das áreas de plantio acarretaram desmatamento, abertura de estradas e intensificação da agricultura de corte e queima, gerando impactos ambientais e socioeconômicos (HURTINNE, 2006).

Com o surgimento da fusariose (*Fusarium solani f. sp. piperis*) – uma doença fúngica que afeta a pimenta-do-reino – e a queda no preço da pimenta no mercado, uma crise econômica foi instalada no município, levando muitos agricultores a adotarem os SAFs como alternativa agrícola sustentável (TAFNER; SILVA, 2011). Os SAFs representam uma alternativa sustentável, promovendo benefícios como redução de insumos químicos, conservação ambiental, diversificação de produtos e fortalecimento da agricultura familiar, assegurando renda, segurança e soberania alimentar ao longo do ano (NOBRE et al., 2021).

Nesse contexto, a Cooperativa Mista de Tomé-açu (CAMTA) desempenhou um papel fundamental na disseminação dos SAFs na região. Fundada por imigrantes japoneses, a CAMTA adaptou suas práticas agrícolas ao contexto amazônico, consolidando o Sistema Agroflorestal de Tomé-açu (SAFTA), um modelo de cultivo integrado que combina espécies frutíferas, florestais e agrícolas (KONAGANO, 2014). O sucesso desse modelo inspirou outros agricultores da região, incluindo a comunidade de Santa Luzia, a adotarem práticas agroflorestais como estratégia de resiliência econômica e ambiental.

Embora a experiência da CAMTA demonstre o potencial dos SAFs em promover o desenvolvimento sustentável, esse sistema ainda enfrenta obstáculos para adoção e consolidação, especialmente no que diz respeito ao acesso a mercados e à inserção em políticas públicas de apoio à agricultura familiar, visto que, a comercialização da produção, em especial, ainda corre majoritariamente por meio de atravessadores, o que limita o potencial econômico dos agricultores e reduz sua autonomia (ANDRADE, 2011).

Nesse contexto, a organização social surge como uma estratégia fundamental para fortalecer a agricultura familiar, viabilizar a comercialização e garantir melhores

condições de trabalho e renda. No entanto, o associativismo e o cooperativismo até o momento encontram dificuldades de implementação na Amazônia, devido às ausências de experiências consolidada e à falta de suporte institucional adequado (COSTA; VIZCAINO; COSTA, 2020).

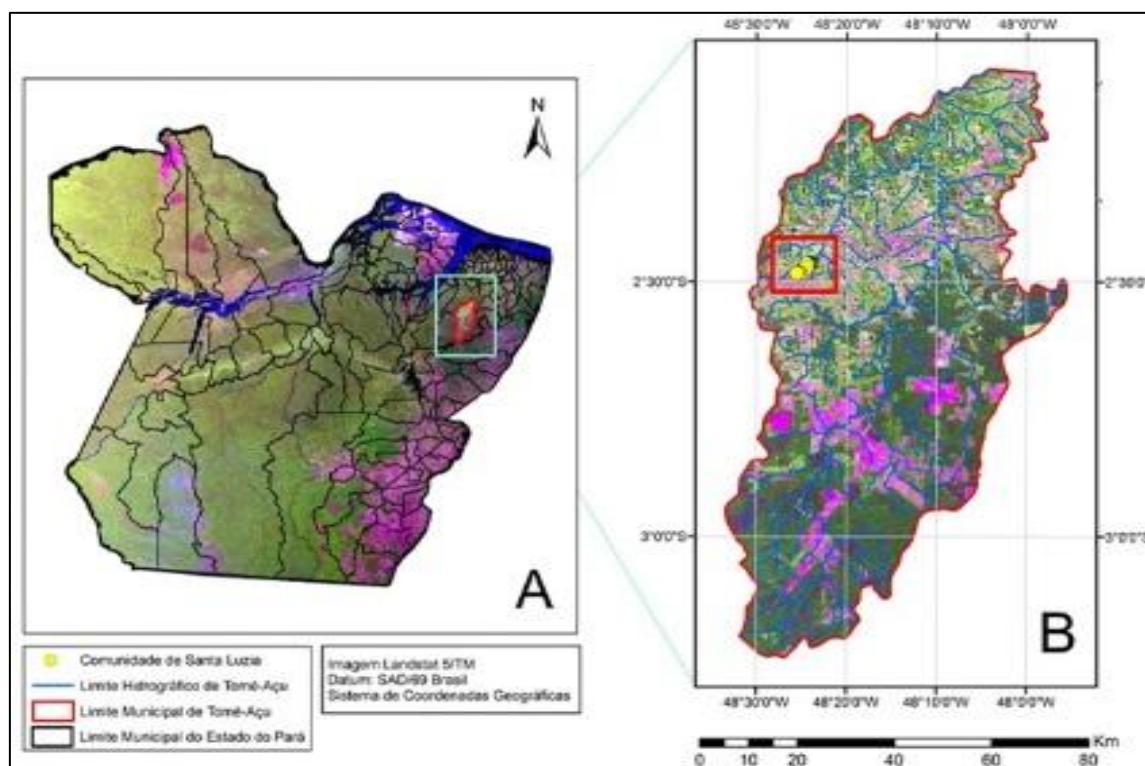
Diante deste cenário, este estudo busca analisar a organização social de um grupo de agricultores familiares da Associação de Produtores Familiares de Tomé-açu (APRAFAMTA), na comunidade de Santa Luzia, estado do Pará, destacando seu papel na adoção e consolidação dos SAFs. Procurou-se investigar como a organização coletiva contribui para o enfrentamento dos desafios da comercialização, o acesso a financiamento e a implementação de estratégias para o desenvolvimento sustentável.

A análise abrange o contexto histórico da associação, suas parcerias, acesso a financiamentos, estratégias de comercialização e beneficiamento de produtos, além da estrutura organizacional interna e seu impacto no fortalecimento da agricultura sustentável na comunidade. O trabalho compreende as seguintes sessões: metodologia, resultados e discussão, com quatro tópicos sendo: contexto histórico da comunidade e início da associação, parcerias, financiamentos, comercialização, beneficiamento dos produtos e organização social dos agricultores, além das considerações finais e referências bibliográficas.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado na comunidade Santa Luzia, localizada no município de Tomé-açu no estado do Pará, a 187 km de Belém (Figura 1). A comunidade é composta por 70 famílias, das quais 25 são membros da APRAFAMTA. A associação foi fundada em 2005 com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar por meio da adoção de SAFs e da organização coletiva para comercialização de produtos.

Mapa 1: Mapa de localização do município de Tomé-Açu e da comunidade de Santa Luzia



Fonte: RODRIGUES et al., (2015).

O estudo possui caráter exploratório-descritivo, com dados qualitativos, que foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com dois diretores da associação e quatro agricultores associados, selecionados por apresentarem altos níveis de sustentabilidade em seus sistemas agroflorestais, conforme definido por Melo Júnior (2014).

As variáveis do estudo abrangem diversos aspectos relacionados à organização social e à adoção dos sistemas agroflorestais pela APRAFAMTA. As entrevistas realizadas com os dois diretores da associação abordaram questões como o contexto histórico da organização, incluindo sua origem, motivações, desafios e transformações ao longo do tempo, bem como seu papel na promoção de práticas sustentáveis. Também foram investigadas as parcerias e redes de colaboração estabelecidas, o acesso a financiamentos, e os processos de beneficiamento e comercialização realizados pela associação.

Para investigar as parcerias da associação, utilizou-se a metodologia do Diagrama de Venn (VERDEJO, 2006), em que os diretores mapearam as parcerias atuais e passadas, classificando-as conforme sua proximidade e relevância para a APRAFAMTA, por meio

de um sistema de cores: laranja para parcerias distantes, amarelo para parcerias relativamente próximas e verde para parcerias mais presentes e atuantes na comunidade.

Já as entrevistas com os quatro associados focaram nos impactos e dificuldades enfrentados na organização social dos agricultores, destacando as melhorias percebidas por eles e os desafios que ainda persistem no fortalecimento da associação. As perguntas abordaram também a relação observada entre a associação e o uso de sistemas agroflorestais, explorando como esses sistemas têm contribuído para a sustentabilidade, a diversificação da produção e a geração de renda entre os agricultores.

Além das entrevistas, a pesquisa contou com observação direta e registros fotográficos para documentar aspectos relevantes da organização social e das atividades produtivas na comunidade. Foi realizada ainda uma revisão bibliográfica para embasar teoricamente o estudo.

Os dados qualitativos obtidos nas entrevistas foram transcritos para análise. As informações coletadas foram categorizadas em temas principais: histórico da comunidade e da associação, parcerias, financiamentos, comercialização e organização social. A partir dessas categorias, foram construídas matrizes de análise para identificar padrões e relações de divergências nos depoimentos.

A tabulação e análise dos dados coletados foram realizadas por meio do Microsoft Excel, permitindo a criação de figuras, gráficos e tabelas que sintetizam os resultados obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Contexto histórico da comunidade e início da APRAFMATA

A comunidade de Santa Luiza foi fundada na década de 1960 por família de migrantes de várias regiões do Nordeste brasileiro, como Ceará e Maranhão, e do estado do Pará, especialmente de Cametá, atraídas pelas oportunidades de trabalho na produção de pimenta-do-reino em Tomé-açu (COUTO, 2013).

Inicialmente, os agricultores da comunidade utilizavam o método tradicional de corte e queima para preparar as áreas de cultivo, onde plantavam arroz (*Oryza sativa L.*), feijão (*Phaseolus vulgaris L.*), milho (*Zea mays L.*) e mandioca (*Manihot esculenta Crants.*). No entanto, devido às dificuldades de comercialização e à baixa produtividade

dessas culturas, o monocultivo de pimenta-do-reino se destacou como uma alternativa mais lucrativa, tornando a principal atividade econômica (NASCIMENTO et al., 2013).

A crise na produção de pimenta-do-reino, causada pela fusariose (*Fusarium solani f. sp. piperis*) e pela queda nos preços de mercado, afetou diretamente a economia local, forçando os agricultores a diversificarem sua produção. Nesse contexto, os Sistemas Agroflorestais surgiram como uma alternativa sustentável, permitindo a combinação de culturas como açaí (*Euterpe oleracea Mart.*), cacau (*Theobroma cacao L.*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) e pimenta-do-reino em uma mesma área (SANTOS, 2020). Esse modelo de diversificação produtiva foi inspirado na experiência dos imigrantes japoneses da CAMTA, que adaptaram seus métodos agrícolas ao contexto amazônico, promovendo o SAFTA (KONAGANO, 2014). Os agricultores de Santa Luiza, que trabalhavam nas propriedades japonesas, observaram essas práticas e começaram a adotá-las.

Na década de 1980, os agricultores de Santa Luiza começaram a adotar sistemas de cultivo baseados na fruticultura, incentivados pela CAMTA e por órgãos públicos como a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Esses sistemas integravam plantas frutíferas como cacau, cupuaçu, coco (*Cocos nucifera L.*), maracujá (*Passiflora edulis Sims*), acerola (*Malpighia emarginata L.*), graviola (*Annona muricata L.*), pupunha (*Bactris gasipaes (Kunth.)* e ingá (*Inga edulis L.*), na época conhecido como “consórios” (KATO et al., 2012).

Os SAFs, também chamados de “sítios” ou “quintais”, eram inicialmente estabelecidos em áreas próximas às residências, onde se plantavam espécies vegetais de interesse para o consumo das famílias e, com o tempo, a produção excedente passou a ser comercializada (COUTO; KATO; SANTANA, 2013). Esse modelo de cultivo favoreceu a introdução diferentes cultivos, como banana (*Musa spp.*), abóbora (*Cucurbita spp.*), açaí, pupunha, andiroba (*Carapa guianensis Aubl.*), mogno (*Swietenia macrophylla King.*) e castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa Humb. & Bonpl.*), aumentando a diversidade destes SAFs (NASCIMENTO et al., 2013).

Apesar dessa iniciativa, a adoção dos SAFs na comunidade foi desafiadora devido à falta de conhecimento sobre o manejo de algumas espécies e a ausência de assistência técnica especializada. Estudos de Gato et al. (2010) e de Gomes et al., (2017) destacam que a carência de orientações técnicas sobre SAFs impacta negativamente a tomada de decisão dos agricultores. Valeri (2003) também aponta que a dificuldade na implantação

de SAFs pode estar relacionada à ausência de conhecimento sobre arranjos produtivos e interações entre as espécies cultivadas.

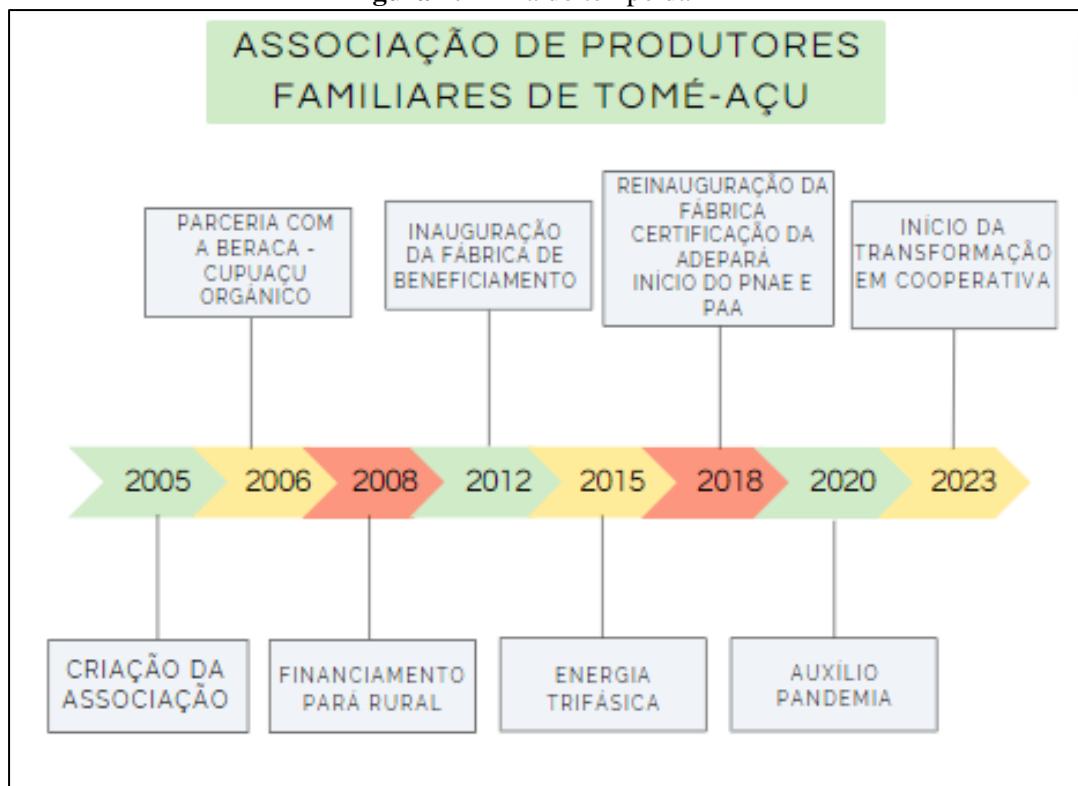
A melhoria dos SAFs na comunidade de Santa Luzia foi possível graças a um processo contínuo de aprendizado, que inclui experimentação, ajustes nos arranjos implantados e troca de experiências entre os agricultores resultando em mudanças significativas nas práticas de produção. Com o desenvolvimento dos SAFs, o cupuaçu se destacou como um produto estratégico, mesmo com as dificuldades de comercialização devido à falta de mercado e a dependência de atravessadores.

A oscilação de preços e as exigências crescentes de qualidade dificultaram a competitividade dos agricultores, levando-os a buscar novas formas de organização para agregar valor aos seus produtos e explorar novos mercados. Dessa forma, motivados pelo movimento do Grito da Terra, que reivindicava acesso a políticas públicas para categorias rurais marginalizadas, os agricultores de Santa Luiza fundaram uma associação para dar visibilidade aos seus produtos e estabelecer canais de comercialização mais seguros.

Assim, em 11 de julho de 2005, foi criada a Associação de Produtores Familiares de Tomé-Açu (APRAFAMTA), com a participação de 23 famílias e o apoio de instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), CEPLAC, EMATER e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

A Figura 1 ilustra o processo histórico (linha do tempo) da associação até o ano de 2023, ano que se iniciaram as discussões entre os associados para a mudança da forma organizativa, de associação para cooperativa e, ainda, os momentos que marcaram a atuação da associação na infraestrutura da comunidade de Santa Luzia.

Figura 1: Linha do tempo da APRAFAMTA



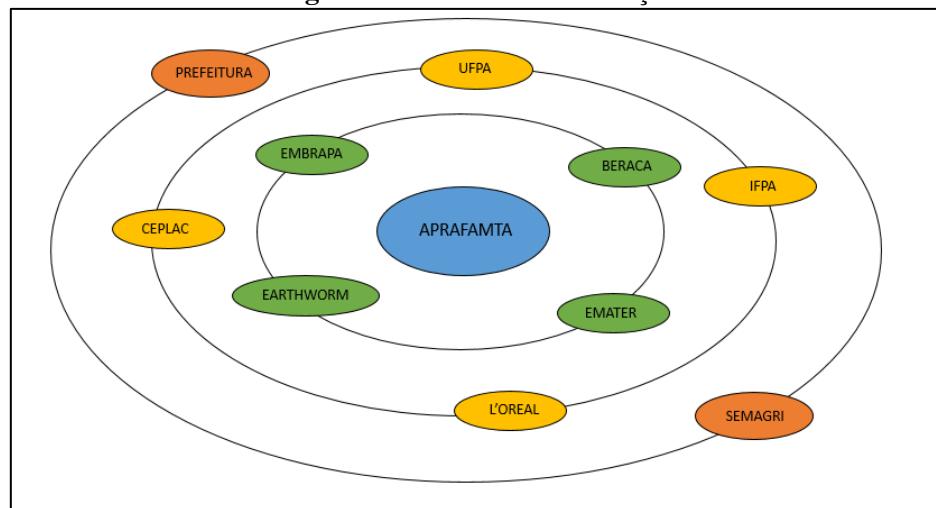
Fonte: Autores (2024).

PARCERIAS

De acordo com os diretores da associação entrevistados, a primeira parceria da APRAFAMTA, foi firmada em 2006 com a BERACA, empresa nacional que fabrica produtos cosméticos e farmacêuticos de venda internacional, voltada para a comercialização do cupuaçu orgânico certificado. Essa parceria permanece ativa desde então e impulsionou a capacitação dos agricultores, por meio de cursos oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), abordando práticas de agricultura orgânica, acesso a financiamentos bancários, aquisição e venda de sementes selecionadas e redução ou eliminação do uso de agrotóxicos.

Na Figura 2, o Diagrama de Venn mostra as parcerias da APRAFAMTA. As instituições em verde representam as parcerias mais próximas da associação, as em amarelo indicam uma relação moderada e as em laranja, representam aquelas que mantêm uma distância maior e com pouco contato com a associação.

Figura 2: Parcerias da associação



Fonte: Autores (2024).

No processo de fortalecimento organizacional, a APPRAFAMTA buscou parcerias com diversas instituições públicas e privadas, incluindo EMATER, EMBRAPA e a Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI), para garantir assistência técnica e cursos de capacitação aos agricultores. Couto (2013) menciona que a parceria com a prefeitura de Tomé-Açu no início da associação contribuiu para adquirir insumos agrícolas, assistência técnica e capacitação, embora os agricultores tenham relatado limitações na atuação comunitária dessa entidade, que atualmente não é tão frequente nem eficaz.

A rede de parcerias também trouxe novos desafios, como o acesso à mercados internacionais, incluindo a empresa francesa L'Oréal, que utiliza sementes de cupuaçu orgânico da APPRAFAMTA em seus produtos cosméticos, comercializados pela BERACA. Além disso, as colaborações com várias instituições possibilitaram a diversificação da produção, a implementação e intensificação de diferentes cultivos, e sua comercialização.

A aproximação com as instituições de ensino, como o Instituto Federal do Pará (IFPA) e a Universidade Federal do Pará (UFPA), permitiu a integração de conhecimentos acadêmicos e tradicionais, fortalecendo o papel dos agricultores como agentes de mudança no desenvolvimento de novas práticas agrícolas (FERREIRA et al., 2009). O reconhecimento da APPRAFAMTA está diretamente relacionado à abordagem participativa adotada pela associação e parceiros nas discussões sobre os SAFs, especialmente EMBRAPA e EMATER que colaboraram na seleção de espécies, manejo dos sistemas e fornecimento de sementes e mudas.

Entre as parcerias estabelecidas, as mais estratégicas são a BERACA, EMBRAPA e EMATER, devido à participação ativa juntos aos associados, por meio de projetos de pesquisa e assistência técnica de alcance local. Além disso, a ONG EarthWorm contribui para o melhoramento do beneficiamento das polpas e auxilia na organização social dos agricultores, por meio de capacitações focadas no desenvolvimento comunitário.

O tesoureiro da APRAFAMTA destaca que a criação da associação foi fundamental para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e para estabelecer parcerias que promovem o desenvolvimento da comunidade.

“A associação já fez coisas pela comunidade que alguns políticos do município nunca fizeram pelo nosso povo, e ai a gente desafia eles, porque é a nossa luta, é a nossa história. Pra se conseguir outras coisas tem que ter amor e luta e tem que ter um equilíbrio muito grande e vontade de correr atrás, porque são necessárias parcerias e buscar mecanismos e as pessoas certas pra fazer as coisas acontecerem”.
(Tesoureiro da APRAFAMTA, 2024).

O estudo de Dos Reis et al. (2015), no município de Igarapé Miri (Pará), reforça a importância de tais parcerias e organização entre agricultores familiares para fomentar debates sobre produção, comercialização de produtos e acesso ao crédito rural. Em Santa Luzia, essas parcerias permitiram a criação de redes de empreendimento solidário, realização de cursos de capacitação e promoveram o desenvolvimento sustentável da produção entre as famílias associadas, além de incentivarem a organização social entre os agricultores.

De maneira semelhante, o trabalho de Silva et al. (2020) demonstrou que a cooperativa D'Irituia, no município de Irituia, também no nordeste paraense, beneficiou-se de parcerias com instituições públicas e privadas, além do intercâmbio de conhecimento com outras organizações de agricultores, como a CAMTA, o que possibilitou a troca de experiências e o treinamento dos cooperados para a implantação de sistemas agroflorestais “agroecológicos”, na região.

Em 2015, a comunidade de Santa Luzia, em parceria com a APRAFAMTA, solicitou a troca da energia monofásica para energia trifásica, ampliando a capacidade elétrica da comunidade. Já em 2018, o serviço de coleta de lixo, anteriormente inexistente, passou a ser realizado na comunidade, substituindo a queima inadequada de resíduos.

Essas mudanças foram importantes para o funcionamento eficiente da fábrica de beneficiamento e para as melhorias na comunidade, que só foram possíveis graças a articulação da associação.

Portanto, a consolidação de parcerias é uma estratégia crucial para os agricultores familiares, permitindo a integração de diferentes tipos de organizações sociais. Essa participação em redes de colaboração atende demandas específicas, desempenha funções distintas e fortalece mutuamente os envolvidos (SOUZA; SOBRINHO, 2011).

FINANCIAMENTOS

Entre 2008 e 2010 a APRAFAMTA foi incluída no Programa Pará Rural com o objetivo de financiar a compra de equipamentos (trator e a construção da fábrica de beneficiamento de polpas de frutas). Para obter essa concessão, os sócios elaboraram um projeto prevendo a implantação de pelo menos um hectare de SAFs em suas propriedades. Embora o projeto tenha sido aprovado, os recursos financeiros não foram disponibilizados no prazo estipulado, e os custos inicialmente previstos acabaram aumentando. Dessa forma, a construção da fábrica de beneficiamento só foi possível graças a compra coletiva da comunidade, utilizando o complemento da renda proveniente dos SAFs já estabelecidos pelas famílias.

Outro financiamento importante foi obtido por meio do Fundo Esperança, um programa criado pelo Governo do Estado no ano de 2020 para disponibilizar recursos financeiros a empreendedores durante a pandemia. Esse apoio financeiro foi essencial para conceder crédito à APRAFAMTA, auxiliando a manutenção das atividades produtivas em período de crise.

No entanto, devido ao seu caráter associativista, a APRAFAMTA enfrenta dificuldades para acessar outros tipos de financiamentos, o que compromete o funcionamento da associação. Atualmente, a organização não possui recursos suficientes para cobrir despesas essenciais, como o fornecimento de energia elétrica para a fábrica de beneficiamento. Embora a instalação de placas solares seja vista como uma alternativa viável para reduzir os custos, essa solução não pode ser implementada, pois a associação é uma entidade sem fins lucrativos, o que limita o acesso a linhas de créditos específicas para esse tipo de investimento. Essa limitação restringe as melhorias necessárias para o funcionamento da fábrica e o crescimento da associação como um todo.

BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS

Em 2012, a fábrica de beneficiamento de polpas de frutas foi concluída (Figura 3). No entanto, no ano seguinte, as operações foram paralisadas devido à falta do selo de inspeção da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ), requisito essencial para o funcionamento legal da fábrica.

A retomada das atividades só foi possível em 2018, com o apoio do IFPA de Castanhal, através do programa da Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (INCUBITEC). Essa colaboração assegurou a certificação da ADEPARÁ, permitindo o reinício das atividades da fábrica. Esse marco foi significativo para a comunidade e para associação, possibilitando a inclusão da APRAFAMTA no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no mesmo ano.

Figura 3: Vista interna e externa da fábrica de beneficiamento de polpa de frutas



Fonte: Pesquisa de campo (2024).

A fábrica representa um marco no desenvolvimento das atividades da APPRAFAMTA. Com o apoio da INCUBTEC de Castanhal, a certificação da ADEPARÁ abrangeu a produção de dez variedades de polpas, as quais são: maracujá, cupuaçu, caju (*Anacardium occidentale* L.), acerola, cacau, goiaba (*Psidium guajava* L.), manga (*Mangifera indica* L.), açaí, taperebá (*Spondias mombin* L.) e muruci (*Byrsonima crassifolia* L.). Mas em 2023 a produção foi reduzida para cinco tipos de produtos: polpa de açaí, acerola, cupuaçu e maracujá e as sementes de cupuaçu orgânico, conforme detalhado no Quadro 1.

Quadro 1: Produtos comercializados na APPRAFAMTA

Produtos	Produção		Comercialização
	Quantidade / Ano	Valor / Kg	
Polpa de açaí	9 000 Kg	R\$ 14,00	PNAE
Polpa de acerola	3 000 Kg	R\$ 9,00	Atravessadores
Polpa de cupuaçu	8 000 Kg	R\$ 10,00	Atravessadores
Polpa de maracujá	2 000 Kg	R\$ 10,00	Atravessadores
Semente de Cupuaçu Orgânico	3 000 Kg	R\$ 3,80	BERACA

Fonte: Pesquisa de campo (2024).

A redução na diversidade de produtos reflete as dificuldades da associação em estabelecer canais de comercialização fixos e seguros, visto que a maioria dos produtos são comercializados por meio de atravessadores, como cita o tesoureiro da associação: “a gente entende que tem que fugir dos atravessadores, mas quem compra os nossos produtos são os atravessadores”.

O trabalho de Buenaventura, Da Paixão, Sousa e Lopez (2020) identificam dois tipos de canais de comercialização da agricultura familiar: canais longos, venda de produtos in natura para atravessadores ou de matéria-prima para empresas; e os canais curtos de comercialização, venda dos produtos diretamente ao consumidor. Segundo os autores, os canais longos são desvantajosos, pois impõem preços baixos aos produtores e transferem a responsabilidade pelo frete e transporte aos agricultores, dificultando a competitividade.

Por esses motivos, a organização social dos agricultores é fundamental, pois permite acesso às políticas públicas, como a inclusão em programas de compra

institucional, a exemplo do PNAE e do PAA, reduzindo a dependência de atravessadores. Desde 2024, o PNAE adquiriu polpas de açaí da APRAFAMTA, distribuídas em escolas da rede pública. Um novo edital do PAA está em fase de análise pelo governo, visando reincorporar a associação ao programa.

Entretanto, a APRAFAMTA enfrenta limitações para atender ao PNAE, pois o programa exige grandes quantidades de polpas de goiaba, caju e abacaxi, que não são produzidas em volume suficiente no município. Além disso, produtos como cacau e cupuaçu, disponíveis na associação, não têm demanda no PNAE, o que impacta a comercialização.

Esse desalinhamento entre demanda e oferta é constatado por Souza et al. (2021), que analisaram a dinâmica PNAE no estado do Pará e identificaram uma redução na aquisição governamental de produtos da agricultura familiar, evidenciando as limitações desses programas governamentais em reconhecer as particularidades de cada região para formular políticas públicas que estejam em sintonia com a realidade local, como no caso observado da APRAFAMTA.

Em relação ao PAA, a Secretaria da APRAFAMTA identificou barreiras na execução da política, incluindo atrasos na liberação de projetos aprovados e na compra de produtos. Para contornar essas barreiras, a associação elaborou um novo projeto voltado exclusivamente para mulheres da comunidade, buscando incluir a APRAFAMTA no programa. Isso ocorreu após o PAA criar um decreto que prioriza organizações femininas rurais, reconhecendo seu papel no desenvolvimento econômico local e na garantia da segurança alimentar das famílias (JESUS et al., 2018).

No entanto, desafios persistem na negociação de preços, pois o PAA impõe burocracias e custos elevados de frete, dificultando a competitividade dos produtos da APRAFAMTA. Esse problema foi identificado no estudo realizado por Jesus et al. (2018) ao analisar a implementação do PAA no estado do Pará no período de 2009 a 2017, destacando obstáculos, como exigências burocráticas, falta de assistência técnica na elaboração de projetos, dificuldades de comercialização e custos de transporte, semelhantes aos enfrentados pela APRAFAMTA.

Além disso, a APRAFAMTA enfrenta desafios na apresentação das embalagens dos produtos (Figura 4). Segundo o tesoureiro da associação, as embalagens possuem restrições nos supermercados, como comenta: “Qual supermercado vai comprar produto com todos esses códigos de barras? Falta capital para gente começar a produzir um saco para cada polpa, é 18 mil uma bobina para fazer os sacos”.

Essa limitação financeira afeta a competitividade e dificulta o acesso aos canais de comercialização mais lucrativos. As embalagens atuais foram adquiridas com o apoio da ONG EarthWorm, que financiou um projeto para padronização dos produtos. No entanto, o grande número de códigos de barra nas embalagens impede a aceitação em supermercados, forçando a dependência de atravessadores, responsáveis por grande parte da distribuição dos produtos

Figura 4: Embalagens de produto de APRAFAMTA



Fonte: Pesquisa de campo (2024).

Essa problemática foi identificada por Alves et al. (2023) ao analisar o abastecimento do PNAE em dois municípios do nordeste paraense, indicando que dificuldades similares ocorrem em outros municípios do estado.

O trabalho de Triches et al. (2019) destaca que a falta de assistência técnica, a burocracia excessiva e os desafios logísticos são obstáculos significativos para os agricultores participarem de compras institucionais. Agricultores menos organizados enfrentam mais dificuldades para acessar políticas de inclusão socioprodutiva, por outro lado, em municípios onde as organizações sociais são robustas, com boa articulação e participação ativa, há maior facilidade de inclusão nessas políticas (SOUZA et al., 2021).

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES DE SANTA LUZIA

Srour (1998) define organizações como coletividades especializadas na produção de bens ou serviços específicos, resultantes da união entre agentes sociais e recursos, que se transformam em instrumentos de eficiência econômica através de ações cooperativas organizadas. No contexto amazônico, as comunidades tradicionais desenvolvem modelos próprios de organização social e gestão de recursos naturais que funcionam como espaços

para construção de identidades sociais e projetos coletivos, estabelecendo práticas organizacionais para garantir direitos, satisfazer necessidades e superar desafios sociais, baseadas em solidariedade, parcerias externas, reivindicações públicas e ajuda mútua (LIRA; CHAVES, 2016).

Através de práticas como mutirões e associações, fortalecem-se os laços familiares e comunitários, consolidando a estrutura social, política e cultural das populações tradicionais, influenciadas por valores socioculturais e pela história local, guiadas pelo conhecimento tradicional na gestão dos recursos naturais (LIRA; CHAVES, 2016). O estudo de Pompeu, Kato e Almeida (2017) revelam que agricultores familiares em Tomé-Açu valorizam significativamente o aspecto ambiental nos SAFs, impulsionados por uma perspectiva histórico-cultural de manejo do ambiente e pela valorização dos serviços ecossistêmicos oferecidos por esse sistema; destacando a relevância da conexão entre seres humanos e natureza por meio da preservação dos conhecimentos tradicionais acumulados ao longo dos anos.

A adoção da agricultura em grupo, segundo Villela (2006), permite a valorização dos produtos, a integração das famílias no mercado, o fomento à participação e capacitação, o uso eficiente de máquinas e equipamentos, a preservação ambiental, a estabilidade de renda e a otimização de acesso a serviços públicos. Um dos sócios fundadores entrevistados, destaca que o associativismo foi crucial para alcançar objetivos como compras e vendas coletivas, enquanto os SAFs melhoraram as condições de vida com avanços como construção de moradias, aquisição de veículos e inclusão digital.

O associativismo emerge como uma forma expressiva de organização entre os agricultores familiares, com o propósito de promover o desenvolvimento social, econômico e cultural no meio rural. Ele assegura a permanência dos agricultores no campo através de políticas públicas e planos voltados para seu progresso, facilitando o acesso à informação e ao conhecimento dessas políticas, incluindo critérios de elegibilidade e conquistas associadas (DE SOUSA; DE ALCANTARA, 2019).

Outro associado reforça que a APRAFAMTA promoveu mutirões, compartilhou conhecimentos e fortaleceu as relações interpessoais e o uso de sistemas agroflorestais incentivou o cultivo de espécies lucrativas como cacau e açaí, que reduziu a dependência de uma única cultura para geração de renda entre os agricultores de Santa Luzia, e levou melhorias nas condições de vida, como a construção de casas de alvenaria, compra de automóveis, incrementos nos ramais de acesso à comunidade e outros serviços.

O primeiro presidente da associação e encarregado da manutenção dos tratores da APRAFAMTA, destacou que a aquisição dos tratores facilitou o manejo dos SAFs, permitiu a abertura de novas áreas e ofereceu pagamentos diários acessíveis para os sócios. Outro tema abordado durante a pesquisa de campo foi a formação dos agricultores por meio de cursos de capacitação, identificado por outro sócio fundador, que manifestou que a colaboração entre instituições públicas e privadas desempenhou papel fundamental na melhoria da produção, na promoção de práticas sustentáveis; a realização de cursos de capacitação proporcionou a redução do corte e queima, a redução no uso de produtos químicos e o despejo correto dos resíduos sólidos produzidos na comunidade.

A questão da comercialização foi citada por todos os entrevistados como uma das principais motivações para a criação e manutenção da APRAFAMTA, visando acessar novos mercados e promover melhorias na comunidade. Para os agricultores associados, produzir diferentes tipos de produtos nos Sistemas Agroflorestais é difícil devido à falta de canais seguros de comercialização. Isso muitas vezes força a associação a recorrer a atravessadores, que impõem preços injustos pelos produtos, resultando em desmotivação entre os agricultores, o que também afeta a capacidade da associação de manter o funcionamento da fábrica e garantir pagamentos justos aos seus associados.

Além disso, os membros enfrentam dificuldades em obter financiamentos bancários, o que limita seus esforços para melhorar a produção e reduzir custos operacionais. Diante dessas dificuldades, em 2022, o processo de transformação de associação em cooperativa foi iniciado, visando resolver problemas persistentes desde a fundação da organização, promover uma gestão flexível, além de proporcionar maior estabilidade financeira e potencial para explorar novos mercados.

O cooperativismo, como definido pela Organização de Cooperativas Brasileiras (OCB), não só promove o benefício econômico de seus membros, mas também fortalece a comunidade através do compartilhamento de recursos e conhecimentos. As cooperativas reinvestem os lucros para o benefício coletivo, melhorando não apenas as condições de vida dos agricultores, mas também contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico local (DOS ANJOS et al., 2020).

A transformação em cooperativa é vista pelos membros como uma oportunidade de expandir suas atividades além das fronteiras municipais e de colaborar com outras cooperativas e parceiros locais. Essa mudança estratégica visa resolver questões internas, e posicionar a APRAFAMTA de forma mais competitiva no mercado regional, e contribuir para a geração de novos empregos e renda na comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A associação APRAFAMTA desempenha papel importante para os agricultores familiares de Santa Luzia. O associativismo e o cooperativismo, enquanto formas de organização social, motivam as famílias a atingirem objetivos e metas, uma vez que fomenta a colaboração e contribui para o desenvolvimento sustentável da comunidade.

A prática dos Sistemas Agroflorestais existentes na comunidade foi impulsionada pelas das experiências vividas e compartilhada entre os agricultores. O conhecimento adquirido durante cursos de capacitação, palestras e dias de campo proporcionados pela associação em parcerias com instituições, como CEPLAC, EMBRAPA, EMATER, UFPA, IFPA, BERACA, SEBRAE incentivaram a diversificação da produção, considerando os aspectos sociais, ambientais e econômicos dos agricultores em questão.

A associação foi fundamental para o processo de criação da fábrica de beneficiamento de polpas de frutas, o principal produto comercializado pela APRAFAMTA. Essa iniciativa viabilizou a produção e a comercialização entre os associados, buscou alternativas para solucionar dificuldade relacionadas aos SAFs, além de proporcionar acesso a políticas públicas, como PNAE, PAA e parcerias, fato que contribuiu para o desenvolvimento da comunidade e melhoria da qualidade de vida das famílias envolvidas.

Por outro lado, existem limitações que impedem os associados de expandirem a produção, a principal delas é a falta de canais de comercialização seguros para os produtos dos sistemas agroflorestais, além da dificuldade de escoamento da produção, o que limita as vendas e os torna dependentes de atravessadores que compram os produtos por valores mais baixos. Além disso, as políticas públicas de apoio à agricultura familiar em que a associação está inserida não atendem plenamente às necessidades dos associados, o que os força a buscar alternativas para solucionar esses problemas.

Como resposta, a associação está em transição para se tornar uma cooperativa, visando alcançar novos mercados, parceiros e financiamentos, um passo importante para os associados e para a comunidade, que busca ser mais competitiva e se inserir nos canais de comercialização, gerando empregos e renda para as famílias de Santa Luzia, o que evidencia a importância das formas de organização para a sustentabilidade da agricultura familiar.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento a todos que dispuseram tempo para participar do trabalho.
Agradecimento especial a todos os membros da comunidade de Santa Luzia e aos associados da APRAFAMTA, pelo suporte na construção do presente trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fábio et al. **Condicionantes da aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar: uma análise comparativa em dois municípios paraenses.** 2023.

ANDRADE, R. A. Organização Social na Amazônia: uma experiência de associativismo na RDS do Rio Madeira (novo Aripuanã e Manicoré/AM) – Brasília: **Instituto Internacional de Educação do Brasil;** 2011. 93 p.

BUENAVENTURA, I. M; DA PAIXÃO SOUSA, R; LÓPEZ, J. D. G. Canais de comercialização da agricultura familiar: o caso da comunidade de Boa Vista de Acará na Amazônia paraense-Brasil. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 16, n. 45, p. 123-150, 2020.

COUTO, M. C; KATO, O. R; DE SANTANA, A. C. 14249- A evolução agrícola na comunidade santa luzia, município de Tomé-Açu-PA: do monocultivo à diversificação da produção em sistemas agroflorestais. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, 2013.

COUTO, MC de M. **Beneficiamento e comercialização dos produtos dos sistemas agroflorestais na Amazônia, Comunidade Santa Luzia, Tomé-Açu, Pará.** 2013. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém.

COSTA, Rayssa Alexandre; VIZCAINO, Carlos Andres Charris; COSTA, Edward Martins. **Participação em cooperativas e eficiência técnica entre agricultores familiares no Brasil.** 2020.

CORDEIRO, Iracema Maria Castro Coimbra; ARBAGE, Marcelo José Cunha; SCHWARTZ, Gustavo. **Nordeste do Pará: configuração atual e aspectos identitários.** p. 19-58, 2017.

DE SOUSA, A. L; DE ALCANTARA, F. V. O associativismo rural como estratégia de desenvolvimento para a agricultura familiar. **Para Onde!?**, v. 11, n. 1, p. 17-28, 2019.

DOS ANJOS, E. G. et al. Reflexos do cooperativismo da agricultura familiar no desenvolvimento territorial na Bahia. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 7, n. 14, p. 89-101, 2020.

DOS REIS, A. A et al. Agricultura Familiar e Economia Solidária: a experiência da Associação MUTIRÃO, na região do Baixo Tocantins, Amazônia Paraense. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 11, n. 22, p. 120-142, 2015.

FERREIRA, J. H. O et al. Sistemas agroflorestais na agricultura familiar como alternativa para diversificação da produção e redução de queimadas no Nordeste Paraense. **Anais**: Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais. 2009.

GATO, R.F. et al. Demanda de informação em sistemas agroflorestais para agricultura familiar sustentável no Nordeste paraense. **Anais**: Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 8., 2010, São Luís. Agricultura familiar: crise alimentar e mudanças climáticas globais: anais. São Luís: SBSP, 2010., 2010.

GOMES, D. L. et al. Desafios técnico-produtivos de agricultores familiares no Nordeste paraense. In: Embrapa Amazônia Oriental-Artigo em anais de congresso (ALICE). **Anais**: Seminário de Iniciação Científica da Embrapa Amazônia Oriental. 2017.

HURTINNE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém: NAEA/UFPA, v. 8, n. 1, 2006.

JESUS, A. P. et. al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): estudo de caso sobre limitações e avanços na modalidade Compra Institucional em Belém, Estado do Pará. **Encyclopédia biosfera**, v. 15, n. 28, 2018.

KATO, O. R. et al. Desenvolvimento da produção de frutas em sistemas agroflorestais no estado do Pará. **Anais**: XXII Congresso Brasileiro de Fruticultura. Bento Gonçalves, RS. 2012.

KONAGANO, M. 80 anos da imigração japonesa na Amazônia: sistema agroflorestal-uma solução para o desenvolvimento sustentável na Amazônia. **Inclusão Social**, v. 7, n. 2, 2014.

LIRA, T. M; CHAVES, M. P. S. R. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações (Campo Grande)**, v. 17, p. 66-76, 2016.

MELO JÚNIOR, José Gomes de. **Importância da diversidade dos sistemas agroflorestais na sustentabilidade de agroecossistemas familiares na Comunidade Santa Luzia, município de Tomé-Açu/Pará**. Orientado: Osvaldo Ryohei Kato. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

NASCIMENTO, W. L. et al. Do monocultivo da Pimenta (*Piper nigrum L.*) aos Sistemas Agroflorestais (SAFs): A experiência de Tomé Açu, no Estado do Pará, Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, 2013.

NOBRE, Francisca Érica Cardoso et al. Potencialidades e caracterização da produção agrícola familiar: Uma análise a partir dos quintais produtivos. **Retratos de Assentamentos**, v. 24, n. 2, p. 179-203, 2021.

NOVAES, Henrique Tahan. Reestruturação do campo e o fetichismo da “revolução verde”. **Revista Ciências do Trabalho**, v. 9, p. 15-28, 2017.

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: <<https://somoscooperativismo.coop.br/institucional/ocb>>. Acesso em: 7 jun. 2024.

POMPEU, G. S. S; KATO, O. R; ALMEIDA, R. H. C. Percepção de agricultores familiares e empresariais de Tomé-Açu, Pará, Brasil sobre os Sistemas de Agrofloresta. **Sustentabilidade em Debate**. v. 8, n.3, p. 152-166, 2017.

RODRIGUES, E. C. N., RIBEIRO, S. D. C. A., DA SILVA, F. L., SANTOS, Y. B. I. (2015). Influência do empreendimento econômico solidário na satisfação do produtor rural no município de Tomé Açu-pa. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, (209).

SANTOS, Elisana Batista dos et al. Mudança de uso da terra por meio de sistemas agroflorestais no município de Tomé-Açu, Pará. 2021. Tese de Doutorado.

SILVA, P. N. et al. Atividades produtivas e contexto socioeconômico da cooperativa D'Irituia. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 7, n. 14, p. 47-72, 2020.

SOUZA, M. L. M. de.; SOBRINHO, M. V. (2011) Cooperativismo e economia solidária: uma análise do ambiente político-institucional e do desempenho de organizações cooperativas na Amazônia Paraense. **Revista Movendo Ideias**; Vol. 18 n. 1 jan. a jun.

SOUZA, S. F. et al. Agricultura familiar no Pará e as limitações do programa nacional de alimentação escolar (PNAE). **Anais: 59º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) & 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC. 2021.)**

SROUR, R. H. **Poder, cultura e ética nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TAFNER JR, A. W; SILVA, F. C. Colonização japonesa, história econômica e desenvolvimento regional do Estado do Pará. **Novos cadernos NAEA**, v. 13, n. 2, 2011.

TRICHES, R. M. et al. Condicionantes e limitantes na aquisição de produtos da agricultura familiar pelo Programa de Alimentação Escolar no estado do Paraná. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 24, n. 1, p. 118-137, 2019.

VALERI, S. V. et al. Manejo e recuperação florestal, legislação, uso da água e sistemas agroflorestais. Jaboticabal: FUNEP, 2003. 180 p.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Brasília: MDA/ Secretaria da Agricultura Familiar, 2006, 62 p: il.

VILLELA, M. H. A importância do associativismo para a pequena propriedade rural. **Revista Página Rural. Agronegócio-Agricultura Familiar**, v. 1, n. 2, 2006.

Artigo recebido em: 27 de agosto de 2024

Artigo aceito em: 20 fevereiro de 2025.

Artigo publicado em: 29 de maio de 2025.